

## A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

### **Lucycleide Melo dos Santos Sousa**

Licenciatura plena em pedagogia. Professora da Educação Básica.

<https://orcid.org/0009-0007-8251-7124>

E-mail: [lucymello@hotmail.com.br](mailto:lucymello@hotmail.com.br)

### **Alice Dayse da Silva Nascimento**

Licenciatura plena em pedagogia. Professora da Educação Básica.

<https://orcid.org/0009-0000-9886-8729>

E-mail: [alicedayse.nascimento@gmail.com](mailto:alicedayse.nascimento@gmail.com)

### **Aderi Fernandes da Silva Junior**

Graduação em Teologia. Professor da Educação Básica.

<https://orcid.org/0009-0004-4304-5935>

E-mail: [Alderifernandes@hotmail.com](mailto:Alderifernandes@hotmail.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2021.EEN2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2021.EEN2-02>

**RESUMO:** A inclusão de pessoas que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e pessoas com altas habilidades e superdotação nas diferentes esferas da sociedade não é uma tarefa fácil, pois é um processo que envolve a responsabilidade e o compromisso de todos. Sendo assim, também é papel da escola estimular o desenvolvimento de estratégias que busquem mudanças de atitudes. A partir dessa premissa, o trabalho ora apresentado foi desenvolvido com o objetivo principal de compreender a importância que a Educação Especial apresenta para as crianças com autismo na Educação Infantil e tentar compreender de que maneira essa modalidade contribui para a inclusão dessas crianças na escola. O estudo teve como metodologia a pesquisa bibliográfica com estratégias exploratória qualitativa, o que permitirá um verdadeiro embasamento teórico e, portanto, um conhecimento mais aprofundado da realidade investigada. O trabalho foi sistematicamente fundamentado no pensamento e ideias de autores como: Martins (2001), Delors (2001), Bueno (2004), entre outros, assim como, nas ideias fomentadas em documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 20 de dezembro de 1996, a Constituição Federal de 1988, entre outros que enriqueceram e valorizaram a educação de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. O referido estudo concluiu que muito ainda precisa ser feito para que haja uma verdadeira inclusão de pessoas com autismo nas salas de aula de ensino regular, pois, o acesso foi garantido, mas a permanência com qualidade ainda precisa ser alcançada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão. Ambiente Educacional. Sociedade. Autismo.

### **THE IMPORTANCE OF INCLUSION FOR THE DEVELOPMENT OF AUTISTIC CHILDREN IN EARLY EARLY EDUCATION**

**ABSTRACT:** The inclusion of people with disabilities, global developmental disorders and people with high skills and giftedness in different spheres of society is not an easy

task, as it is a process that involves the responsibility and commitment of all. Therefore, it is also the role of the school to stimulate the development of strategies that seek changes in attitudes. Based on this premise, the work presented here was developed with the main objective of understanding the importance that Special Education presents for children with autism in Early Childhood Education and trying to understand how this modality contributes to the inclusion of these children in school. The study had as methodology the bibliographic research with qualitative exploratory strategies, which will allow a true theoretical basis and, therefore, a deeper knowledge of the researched reality. The work was systematically based on the thinking and ideas of authors such as: Martins (2001), Delors (2001), Bueno (2004), among others, as well as ideas fomented in official documents such as the Law of Guidelines and Bases of National Education promulgated on December 20th, 1996, the Federal Constitution of 1988, and among others that enriched and valued the education of people with special educational needs. The aforementioned study concluded that much still needs to be done so that there is a real inclusion of people with autism in the regular teaching classrooms, because access has been guaranteed, but the permanence with quality still needs to be achieved.

**KEYWORDS:** Inclusion. Educational Environment. Society. Autism.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O autismo é considerado um transtorno global de desenvolvimento, pois faz parte de um grupo de distúrbios da infância. É um transtorno que não tem características físicas específicas e aparentes, mas representa um grande desafio para pais e educadores.

As crianças que apresentam transtorno autístico necessitam de um atendimento adequado para que possam avançar em seu desenvolvimento e, sobretudo, aprendizagem formal e não formal.

No Brasil, a inclusão de crianças que apresentam necessidades educacionais especializadas na escola e em outros setores da sociedade é uma realidade que todos desejam, mas para que se torne realidade é necessário condições teóricas e práticas, como também, o empenho de vários segmentos da sociedade, em especial os governantes.

Diante de tal explanação e afirmações, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender a importância que a Educação Especial apresenta para as crianças com transtorno do autismo na Educação Infantil, ou seja, tentar compreender de que maneira essa modalidade contribui para a inclusão dessas crianças na escola.

Sendo assim, terá ainda como objetivos específicos analisar as condições oferecidas pelos estabelecimentos de ensino infantil no sentido de manter a qualidade do acesso da criança no âmbito da sala de aula.

Para realização dessa proposta de trabalho foi realizada, a estratégia de pesquisa do tipo exploratória qualitativa, isto é, foram usados materiais bibliográficos com fontes primárias e secundárias.

A pesquisa bibliográfica apresenta os pensamentos e ideias de pensadores renomados que dominam o tema e fornecem todo o embasamento teórico de que a pesquisa necessita. Foram utilizados nomes como os de: Bueno (2004), Martins (1999), Teixeira (2006), entre outros.

É importante enfatizar também que o trabalho está organizado em seis partes, as quais estão assim organizadas: considerações iniciais, que faz uma apresentação geral da pesquisa, ou seja, mostra como ela está sistematicamente organizada, o segundo e o terceiro capítulos traz o enquadramento teórico, que ressalta toda a fundamentação e embasamento teórico do trabalho, o quarto capítulo mostra os resultados alcançados diante da realidade pesquisada, o quinto capítulo traz as considerações e finais, ou melhor, mostra os conhecimentos adquiridos e por fim vem as referências bibliográficas.

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

No Brasil, o atendimento educacional às pessoas com deficiências foi iniciado apenas no final do século XIX, com a criação, no Rio de Janeiro, do Imperial Instituto de Meninos Cegos, que depois foi denominado de Instituto Benjamim Constant – IBC. Surgiu por influência de José Álvares de Azevedo, que havia estudado no Instituto Nacional para Jovens Cegos, em Paris. Ele conseguiu convencer o Imperador Dom Pedro II sobre a necessidade de criar a instituição, o que ocorreu através do Decreto Imperial nº 428, de 12 de setembro de 1854 (MARTINS, 2001).

Em 1856, é fundado o Instituto de Surdos-Mudos, sob a influência do professor francês Ernesto Huet, no Rio de Janeiro. Cem anos após (1957), através da Lei nº 3.198, o educandário passa a ser denominado de Instituto Nacional de Surdos (INES).

Até 1929, havia poucas instituições especializadas para pessoas com deficiência no Brasil e, mesmo assim, graças à iniciativa de profissionais e de várias pessoas interessadas pela causa, que encontravam precário apoio governamental, ou seja, os governantes não deram o apoio necessário para que a inclusão de pessoas com necessidades especiais viesse acontecer de maneira justa (JANNUZZI, 1985). De forma geral, prevalecia o desinteresse pela educação da população como um todo.

Ainda em 1929, o médico Ulisses Pernambucano organizou, em Recife/PE, a primeira equipe multidisciplinar de que se tem conhecimento no Brasil para trabalhar com pessoas que apresentam deficiência mental, além de organizar serviços de atendimento, preparar os primeiros profissionais e empreender pesquisas na área.

Vale salientar, ainda, a formação das primeiras classes especiais, em 1930. Em Belo Horizonte e da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, pela pedagoga Helena Antipoff. Em 1954, é fundada, no Rio de Janeiro, sob a influência da professora americana Beatriz Bemis, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Essas instituições de atendimento a deficientes mentais, gradativamente, se espalharam por várias partes do Brasil.

O governo brasileiro começa a assumir, embora de maneira tímida, a educação de pessoas com deficiência, ao criar no Rio de Janeiro alguns dos educandos, assim Campanhas de Educação de Surdos (Decreto nº 42.728/57); de Cegos (Decreto nº 44.236/58), de Deficientes Mentais (Decreto nº. 48.961/60).

No entanto mesmo com o apoio existente no âmbito oficial, a Educação Especial pouco se desenvolveu. As instituições particulares, que atuavam numa linha mais terapêutica e assistencial, recebiam quase a totalidade dos alunos atendidos, que era muito aquém da demanda existente.

O I Plano Setorial de Fundação e Cultura (I PSEC 1972 – 1974) procurou definir “os excepcionais” e destacar diretrizes para a Educação Especial, por meio do Projeto Prioritário 35. A Educação Especial é eleita como uma das áreas de ação prioritária, sendo fixados objetivos e estratégias de atuação no país.

Para assumir a tarefa de implementação esse projeto, é criado, no dia 3 de julho de 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão do Ministério da

Educação, que, de acordo com o seu Regimento Interno, Art. 2º, tinha por objetivo planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da educação especial pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual ou física, para portadores de deficiências múltiplas, educandos com problemas de conduta e os superdotados, visando a sua participação progressiva na comunidade, e obedecendo os princípios doutrinários, políticos e científicos que orientam a educação especial (MARTINS, 2001).

A partir da criação do CENESP, começam a se organizar os serviços de Educação Especial, em nível dos sistemas estaduais e municipais de ensino. Em 1974, existiam, segundo dados desse órgão, 96.796 alunos considerados excepcionais atendidos educacionalmente, embora o contingente de pessoas que se enquadravam nesta categoria era muitas vezes maior. (BUENO, 2004).

Os alunos com deficiência começam a ter, gradativamente, acesso às classes regulares, a partir, desse período, se a elas se adaptassem sem causar transtorno – à semelhança do que vinha ocorrendo em várias partes do mundo, com base no paradigma da Integração. Assim, a permanência deles nessa modalidade educacional não acarretava mudanças no currículo, nem na maneira de condução do trabalho pedagógico pelos docentes. Caso não se adaptassem ao ritmo da classe, seriam encaminhados a outras modalidades especializadas, como por exemplo, à classe especial ou a escola especial.

Em decorrência disso, proliferaram as classes especiais no país, nas décadas de 70 e 80 do século XX, para atender aos alunos que a escola considerava não se ajustarem às exigências da classe regular, embora o maior contingente de alunos continuasse nas escolas especiais.

Esses alunos, embora matriculados em escolas regulares, públicas ou privadas, eram geralmente separados dos demais nas atividades escolares, artísticas, recreativas, desportivas, de educação, física, de lazer, entre outras e, atendidos por professores especializados.

Surgem, em consequência desse fato, reações da parte de integrantes de vários segmentos sociais, os quais aceitam e defendem que a pessoa tem o direito de ser diferente e de ter necessidades especiais, que a sociedade deve conhecer e atender.

Assim, em consequência das insatisfações existentes em relação às modalidades de atendimento – que, para muitos, contribuíam para segregação e estigmatização dos educandos, assim como não davam respostas adequadas às suas necessidades educacionais e sociais – começa a ganhar força, a partir da década de 90, outro paradigma: o da Inclusão.

O governo brasileiro vem nesses últimos anos, através da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação reconhecendo e divulgando, através de documentos oficiais, que a educação inclusiva é:

Uma questão de direitos humanos e implica a definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionalmente planejadas, implementadas e avaliadas. A concepção que orienta as principais opiniões acerca da educação inclusiva é de que a escola é um dos espaços de ação e de transformação, que conjuga a ideia de políticas educacionais e políticas sociais amplas que garantem os direitos da população).

De igual modo, vem envidando esforços no sentido de identificar as barreiras de acesso à educação para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais e de buscar os recursos necessários para ultrapassá-las, visando ao desenvolvimento de uma educação para todos nas escolas regulares.

Os frutos do trabalho empreendido na última década, embora gradativamente, estão começando a aparecer no panorama estadual e nacional. Analisando as estatísticas oficiais, se constata a ocorrência substancial, principalmente, em classes regulares. De acordo com dados coletados no jornal O globo, o índice de inclusão de pessoas com deficiência em classes regulares, passou de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017.

No entanto, se percebe, apesar dos esforços, que a educação ministrada aos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais ainda está centrada nos anos iniciais, correspondendo à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental. Muito ainda existe para ser avançado, nesse sentido.

Tal afirmação é baseada nas ideias fomentadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que afirma que é na Educação Infantil onde deve se trabalhar o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual

e social, assim, como através dos pensamentos de Mendes (2010, p. 47-48), quando ressalta que:

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança.

Diante do que foi exposto fica notória a importância que os primeiros anos de escolaridade tem para o desenvolvimento integral de uma pessoa, dessa forma, fica mais do que comprovado que a Educação Infantil deve ser uma modalidade onde as crianças devem receber todos os estímulos necessários e que a escola deve estar preparada para atuar com toda a diversidade que existir.

## CONCEITO DO AUTISMO

A palavra “autista” vem do grego que significa voltado para dentro de si, sendo utilizado pela primeira vez pelo psiquiatra Eugem Bleuler para referir-se ao critério que utilizou na realização do diagnóstico de um grupo de crianças com sintomas que se relaciona com esquizofrenia.

[...] Bleuler propõe uma “ausência da realidade” com o mundo exterior, e, conseqüentemente, impedimento ou impossibilidade de comunicar-se com o mundo externo, demonstrando atos de um proceder muito reservado (RODRIGUES, 2010, p. 19).

O autista tem grande dificuldade em se comunicar com o mundo exterior, dependendo do grau de seu autismo pode chegar a passar horas e horas fechado no seu próprio mundo e assim dificultando o contato até mesmo com seus próprios pais.

Em 1943 o psiquiatra austríaco Leo Kanner começou a estudar onze crianças que tinha diagnóstico de esquizofrenia, elas tinham o autismo como característica principal dando origem a expressão “distúrbio autista do contato afetivo” para se referir as crianças que tinha no comportamento um afastamento social desde o nascimento.

Kanner, 1949, refere-se ao quadro com o nome autismo infantil precoce, evidenciando serias dificuldades de contatos com pessoas, ideia fixa em manter os objetos e as situações sem variá-los, fisionomia inteligente, alterações na linguagem do tipo inversão pronominal, neologismo e metáforas (RODRIGUES, 2010, p. 18).

Kanner percebeu que os sintomas do autismo eram iniciais, e diferentes das inúmeras psicoses infantis, como a esquizofrenia infantil. Mais por causa dos trabalhos feitos por Eugene Bleuler, provocou uma dificuldade em diferenciar o diagnóstico do autismo

Por isso, outros pesquisadores desempenharam estudos a partir da concepção de Kanner com algumas modificações, comparando o autismo a um déficit cognitivo e social, considerando-o não uma psicose e sim um distúrbio do desenvolvimento, mostrando mais sintomas e não concluindo o conceito de autismo.

Entre muitos pensadores que tratam do autismo Mantoan (1997, p. 13) define o autismo como sendo:

O autismo é definido pela Organização Mundial de Saúde como um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimento caso se adote um critério de classificação rigorosa, e três vezes maior se considerar casos correlatados, isto é, que necessite do mesmo tipo de atendimento (MANTOAN, 1997, p. 13).

Como mostra no pensamento do autor não há uma alta incidência de casos de autismo, no entanto é preciso conhecer bem as características de cada caso, uma vez que é considerado um distúrbio e não uma doença, portanto, pode apresentar diferentes características, e deve ser entendido para que se tenha o atendimento necessário para cada situação.

Essas crianças fazem parte de um grupo conceituado por Transtorno Do Espectro Autista (TEA) que tem diferentes sintomas e dificuldades de diferentes graus de funcionalidade onde a parte social e comunicativa são as mais afetadas.

A partir de 1980 novas tecnologias surgiram, como programas de computadores e tecnologias assistivas, nas quais permitam investigação mais minuciosa do funcionamento do cérebro da pessoa com exames como tomografia por emissão de pósitrons ou ressonância magnética.

Na década de 60 o psicólogo Ivar Lovaas começou a ganhar espaços entre os demais, com o método analítico comportamental em tratamento da síndrome. Seus resultados apresentavam-se mais afetivos do que as tradicionais terapias psicodinâmicas. As psicologias comportamentais sofriam fortes preconceitos por parte dos psicólogos de outras abordagens. Durante os anos de 60 e 70 os psicólogos comportamentais só era procurados quando todos os outros métodos já haviam sido feitos, afetando assim o comportamento dos autistas e tornando-se insuportável par os pais e muito danoso para a criança.

[...] Imagine chegar em um país onde você não entende a língua e não conhece os costumes – e ninguém entende o que você quer ou precisa. Você, na tentativa de se organizar e entender esse ambiente, provavelmente apresentará comportamentos que os nativos acharão estranhos...” (citação retirada do Manual de Treinamento ABA – Help uslearn – Ajude-nos a aprender.)

Esta é uma frase que pode ser usada para entender o comportamento de uma criança com o Transtorno de Espectro Autista. Muitos pode dizer realmente que o autista constrói para si mesmo uma realidade simultânea, diferente a nossa, e por viver “lá dentro” não consegue comunicar-se com os outros que vivem no mundo “real”.

Chamamos Autismo ao desligamento da realidade combinado com a predominância relativa ou absoluta da vida interior. “(e mais adiante) “Para os doentes o mundo autístico é tão verdadeiro como o mundo real ainda que por vezes uma outra realidade” (EUGEN BLEULER, 1911, p. 11).

As causas do autismo ainda são incertas, não existe nada estabelecido, pois constantemente está em mudança, mais há tratamento adequados para que o autista possa ter um bom convívio social.

Os sintomas geralmente aparecem por volta dos três primeiros anos de vida da criança, já que é uma a síndrome que atinge as áreas básicas do cérebro, o comportamental, a interação social e a comunicação.

Uma criança considerada normal já responde aos estímulos desde pequena, já a criança autista tende a se isolar do mundo.

A ausência do comportamento que representa dor, perigo e medo nas crianças autista é despercebida. O desenvolvimento emocional é confuso, surgem sorrisos inesperado. Parecem ter uma capacidade

restrita para exprimir afetos e entender emoções (RODRIGUES, 2010, p. 185).

A criança autista apresenta um comportamento diferente do comportamento de uma criança normal, as emoções não são controladas (Ex: um sorriso quando não é exagerado de mais, pode ser ausente de mais), não consegue demonstrar afeto, mais ao mesmo tempo é carente e quando bebe não responde aos seus estímulos no tempo adequado.

Portanto o autismo é um transtorno complexo que apresenta uma diversidade de sintomas que dificulta o encontro do verdadeiro conceito, podemos perceber que vem sendo estudado por muitos pesquisadores e caracterizado com muitas teorias que tentam querer explicá-los.

## INCLUSÃO DO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inclusão escolar é o acesso que todas as crianças têm no ambiente da escola de igual modo sem se importar com sua raça, classe social, condições físicas ou psicológicas.

O Ministério de Educação e Cultura (MEC) tem possibilitado que a criança com deficiência tenha o direito de frequentar as classes comuns das escolas regulares, ficando contra a situação que as crianças especiais frequentem somente escolas especiais. Estabelece através do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto nº 6949/2009 um sistema de educação inclusiva para todos os níveis escolares garantindo assim que:

As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; *b)* As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

Ficando assegurados que crianças com deficiência garantam o direito a terem acesso às escolas regulares de ensino.

A Lei de nº 12.764 de 2012 assegura que todo aluno com Transtorno do Espectro Autista tenha o direito a ter um professor especializado na sala de aula para que assim possa ter mais acessibilidade ao atendimento no ambiente escolar.

I) os estudantes com transtorno do espectro autista matriculados em classes comuns do ensino regular tenham direito a acompanhante especializado, denominado tutor, sem implicar cobrança de encargos extra dos responsáveis, nos casos de alunos matriculados em escolas particulares (alteração do parágrafo único do art. 3º); ii) na contratação de planos privados de assistência à saúde, a pessoa com transtorno do espectro autista não sofra períodos de carência maiores que aqueles aplicados aos demais usuários e não seja onerada em valores superiores aos cobrados pela operadora de saúde para os outros usuários na mesma faixa etária (alteração do art. 5º); e iii) os gestores escolares que, de algum modo, colaborarem com coações físicas e morais que levem os alunos com transtorno do espectro autista ou seus responsáveis a desistirem do ensino na instituição, sejam punidos com multa de três a vinte salários-mínimos (acréscimo de §3º ao art.7º).

Ficando assim seguro de que o aluno terá mais portabilidade e segurança para fazer suas atividades curriculares e ter um melhor acesso a vida social. A Lei de nº 13.146 de 2015 promove a segurança de igualdade da pessoa com deficiência, para que tenha o direito de liberdade e inclusão social e enfatiza que.

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

É fundamental que a inclusão educacional aconteça de uma forma afetiva e com qualidade para que toda sociedade possa aceitar pessoas especiais sem discriminação e de igual modo.

Muitos costumes como conservar os objetos nos mesmos lugares, seguir sempre a mesma rotina, não ter contato visual olho a olho, não apontar objetos com o dedo, e não responder quando chamados pelo nome, podendo vir a prejudicar o aprendizado da criança. É fundamental ressaltar que apesar de essas serem características gerais das pessoas que apresentam autismo, é interessante comentar cada caso pode não conservar, ou seja, cada caso deve ser investigado uma vez que pode trazer diferentes particularidades.

A escola tem que começar a observar as necessidades dos alunos autistas para conseguir estabelecer um bom diálogo e tenha a possibilidade de interação desses alunos, e com a ajuda de toda a comunidade escolar esse processo pode se tornar possível, garantindo assim a inclusão dos alunos.

[...] a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir nossas origens de nossos valores e sentimentos (MANTOAN, 2003, p. 12).

O autor mostra através de seus pensamentos que a escola deve garantir o atendimento e o respeito as diferenças, deve ser capaz de reconhecer as diferentes aprendizagens e, sobretudo, valorizá-las.

Assim poderemos perceber se a escola está apta a mudanças ou não, só com esforços de todos que as escolas serão capazes de receber os alunos autistas da melhor forma.

Quando a escola deixa de lado o pensamento que a mesma valoriza, percebendo que a democratização e especificação do ensino, não se amplia a possibilidade de diálogo entre vários lugares epistêmico, não se abre a novos conhecimentos. Por consequência, as escolas acabam dividindo os alunos em normais e anormais, em escolas regulares e especiais e formam professores especializados apenas naquela diferença.

O professor deve estar preparado para qualquer situação da sala de aula, por tanto ele não vai apenas inserir o aluno, mas buscar a melhor maneira para o aprendizado da criança. Assim com a chegada de um aluno autista, a sala da educação infantil deve estar totalmente preparada para recebê-lo e que o professor possa identificar suas maiores dificuldades.

Quando o aluno ainda não é diagnosticado com o autismo, o professor pode perceber alguns sintomas e/ou características assim orientar os pais a procurarem um psicólogo e não tentar diagnosticá-lo.

O diagnóstico do autismo deve ser bastante cuidadoso, é necessário observar a avaliação física e neurológica da criança, conversar com familiares e fazer todos os exames necessários para detectar o autismo

Há alguns critérios para diagnosticar se a criança é ou não autista mais ela é questionável, assim como sua definição. Porém, o CID-10 (Código Nacional de Doenças), e o DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Tratamento Mentais), são

considerados como adequados, sem esquecer que o diagnóstico só é alcançado a partir de observação clínica e pelas histórias expostas pelos pais.

Os dois critérios mencionados acima, que procuram organizar o entendimento do autismo, ambas apresentam explicações semelhantes e são aplicadas no Brasil como critério oficial para maior eficiência e confiança para trabalharem não só com crianças autistas como em qualquer outra deficiência.

Outro ponto que merece destaque no trabalho com pessoas com autismo é capacitação dos professores, ou seja, não se pode falar em inclusão sem que os educadores recebam todo o conhecimento que necessitam para atuar diretamente com essas pessoas.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 27-28):

As competências necessárias para satisfazer as necessidades educativas especiais devem ser tidas em consideração na avaliação dos estudos e na certificação dos professores. [...]A formação-em-serviço deverá realizar-se, sempre que possível, ao nível da escola, através da interação com os orientadores e apoiado pela formação à distância e outras formas de autoformação.

Os professores devem ter a preparação adequada para que todos os alunos autistas consigam se adaptar ao ambiente escolar, facilitando assim sua inclusão e seu aprendizado.

Algumas escolas procuram professoras que sejam experientes com crianças autistas e outras capacitam professores para continuar com as crianças nas escolas regulares. O mais importante é que os professores sempre estejam em busca de inovações para trabalharem na sala de aula, assim as crianças autistas se desenvolverão cada vez mais.

## O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DE AUTISTAS

Depois da constituição de 1988 a educação passou a ser um direito de todos, as crianças tem acesso à educação e exerce a sua cidadania, outra norma nacional a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) vem assegurando que a educação infantil, segundo os artigos 29 e 30 da referida lei, é a primeira etapa da educação básica, sendo oferecida em creches para crianças de zero a três anos de idade e em pré-escolas

de quatro a seis anos de idade.”[...] a educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino” (BRASIL, 2001, p. 126).

É lei que os professores incluam os alunos, mas com certeza encontrara desafios para agregar o aluno autista na sala de aula, pois muitos profissionais não têm uma boa formação para esse trabalho. Os problemas que podem ser encontrados pelo professor é a linguagem, a compreensão, agressividade por parte da criança, a falta de empatia, e por parte do professor o medo, dúvidas em suas práticas pedagógicas, adequação do espaço, falta de recursos ou insuficientes, para um melhor ensino.

Independente das dificuldades o professor precisa incluir a criança de forma que possibilite oportunidades da mesma maneira das outras, para que a criança com autismo seja aceita por toda a classe e pela sociedade. Porém não é apenas a inclusão nas escolas regulares, mas também a valorização desses alunos mesmo com suas limitações e diferenças. É importante que as escolas produzam atividades adequadas às necessidades desses alunos.

Hoje em dia, temos a consciência que para uma criança autista se desenvolva bem, é importante que ela esteja inserida e incluída na escola regular, mas pelos professores não terem uma formação especializada isso não está sendo possível.

A escola para se tornar inclusiva, deve acolher todos seus alunos, independente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras. Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência (MANTOAN, 2008, p. 143).

Trata-se, portanto, de conhecer as particularidades de cada aluno e trabalhar baseado em cada necessidade. Uma escola que realmente busque a inclusão integral de pessoas que apresentam necessidades educacionais especializadas deve primar pelo acolhimento de todos que a procuram.

As escolas dizem que incluem todos os alunos, mas esquecem de ter uma verdadeira mudança, mudar as práticas, introduzir recursos de aprendizagem a inclusão.

A maioria das escolas ainda não estão capacitadas para receber esses alunos, até os professores não se sentem preparados para receberem os alunos com deficiência.

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel-chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adaptada uma formação inicial não categorizada, abarcando todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas (SALAMANCA, 1994, p. 28).

Para que uma escola se caracterize como inclusiva, deve primeiramente pensar na formação de seus profissionais, principalmente dos professores que tratam diretamente com as pessoas que apresentam necessidades especiais, ou melhor, deve oferecer meios para que seus professores adquiram os conhecimentos voltados ao ensino dessas pessoas.

A inclusão também deve ser praticada no currículo escolar não somente por alunos com algum tipo de deficiência ou transtorno, mas a escola deve buscar um currículo adequado que inclua alunos com dificuldades particulares também.

É fundamental que o professor esteja disposto para trabalhar com todas as dificuldades que apareça. Suas práticas educacionais devem estar apropriadas e preparadas para acolher os alunos e suas necessidades. O professor deve estar sempre atualizado e não se acomodar nos conteúdos estudados na graduação, mas buscar através de leituras, especializações adquirindo assim novos conhecimentos para trabalharem com as crianças e não se surpreender com crianças autistas.

A proposta inclusiva da educação (um direito assegurado) tem por fim conscientizar os(as) professores(as) sobre as bases filosóficas, políticas educacionais, jurídicas, éticas responsáveis pela formação de competência do profissional que participa ativamente dos processos de integração, desenvolvimento e inserção da pessoa deficiente na vida produtiva em sociedade, evidenciar o direito legal mediante dever do estado com a educação; e garantir, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil no seu artigo 208, inciso III, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino (RODRIGUES, 2010, p. 72-73).

Como ressaltado na citação acima o direito a uma educação inclusiva está garantido por lei, sendo assim, deve ser assegurado através da formação e capacitação de todos os envolvidos no trabalho com essas pessoas.

A partir desse pensamento percebe-se que a educação é para todos, mas que a inclusão não é a realidade nas escolas. Por isso, para se incluir é necessário mudanças e união entre a escola e a sociedade.

## RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Conhecer as características de uma criança que apresenta o transtorno do autismo é um desafio de grande importância para o crescimento profissional de qualquer ser humano, pois, permite conhecer as principais barreiras enfrentadas pelo referido sujeito, pelos seus professores e, sobretudo, pelos seus pais para este venha a ser de fato incluído num ambiente educacional que muitas vezes não está preparado para recebê-la.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de investigações realizadas em diferentes fontes de pesquisas como artigos, monografias, documentos de cunho federal e até mesmo mundial, revistas, entre outros. Esses materiais apresentavam todo o embasamento teórico para que o pesquisador pudesse conhecer e, sobretudo compreender como deve ocorrer o processo de inclusão de uma criança com transtorno autístico numa sala de aula da Educação Infantil.

Diante do que foi pesquisado foi possível compreender que a Educação Especial, é uma modalidade de ensino responsável por facilitar o acesso e a permanência de crianças que apresentam necessidades educacionais especiais em todo o território nacional, seja escolas públicas ou particulares. Depois da criação dessa modalidade de ensino essas pessoas passaram a ter seus direitos garantidos no que concerne a educação formal.

Outro ponto de grande relevância descoberto após o desenvolvimento da pesquisa diz respeito ao conceito do autismo, portanto, foi descoberto que o autismo pode ser compreendido como uma polarização privilegiada do mundo dos pensamentos, das representações e sentimentos pessoais, com perda, em maior ou menor grau, da relação com os dados e as exigências do mundo circundante.

Sendo assim foi possível compreender que a pessoa que apresenta transtorno autístico em seu desenvolvimento, pode com maior ou menor intensidade manter padrões de relacionamento, o que não interfere diretamente no seu desenvolvimento cognitivo.

É importante salientar ainda que outro conhecimento adquirido pelo pesquisador após a realização da investigação refere-se ao fato de que a inclusão de crianças na Educação Infantil é um direito garantido por lei, sendo assim, é papel da escola conhecer com afinco as principais características de uma criança com autismo para que possa criar as condições necessárias para que esta venha a ser incluída no âmbito das salas de aulas de todo o território nacional.

É preciso que a escola de educação Infantil garanta não só o acesso, ou seja, a matrícula, mas garanta, sobretudo, a permanência com qualidade dessas crianças nas salas de aula.

Um dos pontos principais para que as crianças com autismo se mantenham nas salas de aula com a qualidade que as leis garantem, é a preparação dos professores, ou melhor, é preciso que os professores passem por formações e capacitações que venham promover os conhecimentos necessários para o trato com essas crianças.

Essas formações e capacitações devem ser oferecidas inicialmente pelo MEC, mas as escolas também devem, continuamente, manter essa formação tão necessária para a verdadeira inclusão de crianças com autismo no seio das salas de aula da Educação Infantil de todo o Brasil.

Por meio dessas capacitações professores e demais profissionais da educação envolvidos no trabalho direto com essas crianças, adquirem a capacidade de conhecer os principais transtornos globais do desenvolvimento, ou seja, passam a identificar, conhecer e diferenciar um transtorno mais aprofundado de outro menos aprofundado.

No trabalho com essas crianças saber diferenciar uma Síndrome de Rett, de uma Síndrome de Asperger, de uma criança com transtorno autístico do desenvolvimento, é fundamental, pois, garante o atendimento com o mínimo de qualidade para elas. É importante salienta também que essa qualidade não se alcança apenas com capacitação profissional, é preciso ainda uma estrutura física adequada, materiais pedagógicos específicos para o trabalho com elas, de famílias conscientes que saibam correr atrás dos

seus direitos e interesse governamental para criação e efetivação de leis que de fato garantam os direitos delas.

Diagnosticar a criança com transtorno autístico o mais cedo possível também se apresenta como uma das maiores necessidades para o desenvolvimento delas, ou melhor, quanto mais cedo se conhecer e identificar os problemas melhores e maiores chances essas crianças terão para se desenvolver.

Muitos foram os conhecimentos adquiridos através da análise e investigação de materiais bibliográficos, portanto, foi a partir desse trabalho que o pesquisador passou a conhecer as principais características de uma pessoa com transtorno autístico, assim como, as ferramentas cruciais para seu acesso e permanência, com qualidade, nos âmbitos das salas de aula da Educação Infantil de todo o território nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como citado anteriormente, a inclusão de crianças que apresentam necessidades educacionais especiais, tanto na escola, quanto nas diferentes esferas da sociedade, é uma tarefa árdua, que depende de muitos outros fatores, como também, dos esforços de todos, não apenas de um grupo ou das suas respectivas famílias.

Ao analisar os materiais bibliográficos foi possível concluir que a inclusão da criança com transtorno autístico está acontecendo apenas de maneira parcial, ou seja, o primeiro passo foi dado com a criação de leis específicas, o surgimento da Educação Especial no Brasil e com ela a garantia da matrícula dessas pessoas nas escolas de ensino regular, no entanto, ainda falta muitos pontos como o interesse dos governantes para a criação e efetivação de leis que garantam o direito dessas pessoas.

Diante do que foi investigado chegou-se à conclusão que é preciso ainda maior investimento na área, para que as escolas recebam materiais pedagógicos específicos para o trabalho com pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, ou melhor, é imprescindível que todos os estabelecimentos de ensino estejam equipados com materiais apropriados para o trabalho com pessoas com transtorno autístico, entre outras necessidades.

É importante salientar ainda que as pessoas que trabalham nas instituições de ensino, assim como, os familiares também devem estar capacitados para compreender a realidade desses sujeitos, nesse caso é necessário desenvolver um trabalho de conscientização, para alunos, pais, professores e demais funcionários dos estabelecimentos educacionais para facilitar a inclusão como de fato deve acontecer.

Pessoas que apresentam o transtorno autístico ou qualquer outro tipo de deficiência, necessitam de um trabalho bem planejado e organizado para atender suas necessidades educacionais, para tanto, é imprescindível pessoas capacitadas humanamente e, sobretudo, cognitivamente para atender essas necessidades, pois, a inclusão só acontece, verdadeiramente, quando o acesso ao espaço educacional lhes são garantidos, mas acima de tudo a sua permanência com qualidade no âmbito das salas de aula. O que futuramente lhes garantirão um espaço ativo na sociedade.

Sintetizando, chegou-se à conclusão que existe muitas barreiras e obstáculos a serem superados nessa área da educação na tentativa de garantir o direito a inclusão, isto é, apesar dos avanços alcançados nesses últimos anos, muito ainda precisa ser feito para que a inclusão de pessoas com transtorno autístico venha de fato acontecer.

Ao realizar uma análise crítica de tudo o que foi pesquisado chegou-se a conclusão que o referido trabalho serviu para o crescimento psicológico e cognitivo do pesquisador, uma vez que esses conhecimentos serviram para que o mesmo formasse sua opinião a respeito do tema e percebesse os grandes obstáculos que o processo de inclusão enfrenta.

Foi um processo analítico de suma importância, pois forneceu meios para que fizessem uma autoanálise do trabalho que vem sendo desenvolvido na área. Foi um trabalho enriquecedor e de singular importância para todos os envolvidos, sejam eles direta ou indiretamente no processo.

## REFERENCIAS

AINSCOW, M. **Necessidades Especiais em sala de aula: um guia para formação de professores**. Lisboa, PT: Instituto de Inovação Educacional, Edições UNESCO, 1998.

BUENO, Geraldo Azevedo. **Educação Especial Brasileira**: integração, segregação do aluno diferente. E. Ed. São Paulo, EDUC, 2004.

COSTA, Maria Ione Ferreira; NUNESMAIA, Henrique Gil da Silva. **Diagnóstico Genético e Clínico do Autismo Infantil**. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/an: p/v56n1/1860.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2018.

Declaração de Salamanca Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade  
Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994.

EUGEN Bleuler. **Dementia Praecox ou o Grupo das Esquizofrenias**. edição portuguesa Climepsi editores, 2005, Lisboa

<https://www.comportese.com/2010/09/autismo-um-breve-historico> acesso no dia 18/05/2018

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1573855&file name=Parecer-CE-29-06-2017](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1573855&file name=Parecer-CE-29-06-2017)

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Integração Social**: o que é? Por quê? Como fazer? ( coleção cotidiano escolar ) Ed. Moderna, São Paulo, 2003, pp. 12 – 20.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: o que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MARQUES, C. **Perturbações do espectro do autismo**. Ensaio de uma intervenção construtivista desenvolvimentista com Mães. Lisboa: Quarteto Editora, 2000.

MARTINS. Por uma escola aberta as necessidades dos alunos. Temas sobre Desenvolvimento, São Paulo:v. 10, n. 55, p. 28-34, 2001.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

PEETERS, Theo. **Autismo**: entendimento teórico e intervenção educacional/ Theo Peeters, tradutores Viviane Costa de Leon [et al]. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1988.

PEREIRA, E. **Autismo do conceito à pessoa**. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação, 1996.

PETERSEN, C. S.; WAINER, R. **Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

TEIXEIRA, Paulo. Asperger. 2005. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0254.pdf>. Acesso em 25 nov. 2016.

TRANSTORNO AUTISTA. Disponível em [http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm\\_janela.php?cod=21](http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm_janela.php?cod=21). Acesso em: 25 de maio. 2018.

VAYER, P., RONCIN, C. **A integração de crianças na classe.** São Paulo: Manole, 1989.

Submissão: dezembro de 2020. Aceite: janeiro de 2020. Publicação: abril de 2021.

SOUSA, L.M.S.; NASCIMENTO, A.D.S.; SILVA JUNIOR, A.F. A importância da inclusão para o desenvolvimento de crianças autistas na Educação Infantil. **Revista Eletrônica Amplamente.** Natal/RN, Edição Especial, n. 2, p. 11-31, 2021. ISSN: 2965-0003.

